

CONFLITOS AGRÁRIOS E A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM CASTILHO-SP¹

AGRARIAN CONFLICTS AND CANAVIEIRA AGROINDUSTRY IN CASTILHO-SP

Dóri Edson Lopes

Graduado em Licenciatura e Bacharelado em
Geografia – UFMS/CPTL
dorilopes05@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo de caso do município de Castilho-SP com relação aos problemas gerados pela desigual formação de sua estrutura fundiária e as conseqüências sociais que isso trouxe. E para que se pudesse entender melhor o problema foi feito um breve relato histórico da questão agrária brasileira e sua injusta distribuição de terras. Diante disso é importante analisar as contradições do sistema e os fatores de mudança que daí surgem, e o que nasceu desse processo onde muitos não têm nada e poucos têm muito foram as insatisfações populares, juntamente a elas as reivindicações por uma melhor distribuição da terra no campo. Assim, é dentro desta perspectiva de luta que analisamos os conflitos agrários no Município de Castilho-SP e seus resultados na reconstrução do território. Considera-se também neste estudo o atual avanço do capital agroindustrial e as novas formas de exploração da renda da terra que começam a surgir no território castilhense, onde grandes extensões da superfície passam a ser ocupadas pela monocultura canavieira. Ao mesmo tempo surgem novos desafios e dificuldades aos movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária neste local.

Palavras-chave: Estrutura agrária. Territorialização. Conflitos. Reforma agrária. Capital agroindustrial.

Abstract: This work presents a study of case of the city of Castilho-SP with regard to the problems generated for the different formation of its agrarian structure and the social consequences that this brought. E so that if it could understand the problem better was made a brief historical story of the Brazilian agrarian question and its unjust land distribution. Ahead of this it is important to analyze the contradictions of the system and the factors of change that from there appear, and what it was born of this process where many do not have nothing and few have much had been the popular insatisfações, together they them claims for one better distribution of the land in the field. Thus, it is inside of this perspective of fight that we analyze the agrarian conflicts in the City of Castilho-SP and its results in the reconstruction of the territory. One also considers in this study the current advance of the agro-industrial capital and the new forms of exploration of the income of the land that start to appear in the castilhense territory, where great extensions of the surface start to be busy for the canavieira monoculture. At the same time new challenges and difficulties to the social movements appear that demand the agrarian reform in this place.

Key words: Agrarian structure. Territory. Conflict. Land reform. Capital agro-industrial.

Introdução

Neste estudo pretende-se analisar o processo de ocupação do território no Município de Castilho-SP ao longo dos anos, com ênfase no resgate histórico e na investigação dos fatores de formação da atual estrutura fundiária, bem como discutir a importância dos movimentos sociais que lutam pela terra neste município e que é possuidor de um longo histórico de conflitos, envolvendo de um lado grandes latifundiários de terras e, de outro, àqueles que buscam uma oportunidade de recriação dentro do sistema.

Apresenta-se assim nesta pesquisa um breve relato que procura evidenciar a maneira como se deu o processo de ocupação da terra no município, formando uma estrutura fundiária desigual geradora de muitos conflitos. Pretende-se ainda analisar as lutas dos movimentos sociais pela terra no município castilhense e os novos desafios que estes têm enfrentado com a chegada da agroindústria canavieira, o que tem alterado não só a paisagem do município, mas principalmente as perspectivas daqueles que sonham e lutam pela reforma agrária.

Análise teórica da questão agrária brasileira

Para se discutir e entender melhor a questão agrária em qualquer parte do Brasil é importante analisar o histórico nacional da ocupação e colonização do território brasileiro ao longo dos séculos. O problema agrário brasileiro nasceu junto com o modelo de colonização adotado pelos portugueses e foi piorando ao longo dos séculos. Os portugueses usavam o método de concessões de terras na colonização de sua colônia, essas concessões eram denominadas de Sesmarias² que seguiam critérios rigorosos de origem social e racial. Portugal dominava e estabelecia a política que bem entendesse na hora de conceder as terras de sua colônia. Assim, privilegiava uma minoria em detrimento da maioria que acabava sendo excluída. “A terra era vista como parte do patrimônio do rei, como domínio da Coroa, e sua aquisição decorria de uma doação pessoal, seguindo os méritos dos pretendentes e os serviços por ele prestados à Coroa”. (BECKER ; EGLER, 1994, p.41).

No final do século XIX o Brasil havia deixado de ser colônia de Portugal, depois de mais de três séculos de exploração, fato que não significou necessariamente o fim das injustiças sociais na distribuição do extenso território brasileiro.

No ano de 1850 surgiu a Lei de Terras, determinando que a partir daquele momento todas as terras do Brasil seriam consideradas devolutas, ou seja, terras de propriedade do Estado, com exceção daquelas áreas que o ocupante pudesse legitimar por meio de um documento a existência de sua posse antes da implantação da referida lei. Com essa lei as terras passaram a ser adquiridas por meio de compra junto ao Estado, desse modo só poderiam ter acesso a este meio de produção tão essencial para a humanidade quem tivesse condições de pagar um preço. Assim, a partir desse momento a terra passou a ser vista como uma mercadoria no Brasil.

Para Almeida e Paulino (2000), a criação da Lei de Terras em 1850 representa uma espécie de divisor de águas do campesinato brasileiro, pois quando a terra passa a ser considerada como uma mercadoria se evidencia a divisão de classes da sociedade, fazendo com que a diferença deixe de ser étnica (brancos *versus* negros, índios, mestiços) como era comum nos tempos de Sesmarias, e passa a ser somente econômica (ricos *versus* pobres). Para o trabalhador do campo, que é expropriado de meios que possam garantir sua própria produção, não lhe resta alternativa a não ser vender a única coisa que ainda lhe resta, sua força de trabalho. Esta condição de exploração de trabalho alheio perpetuada com a promulgação da lei de terras de 1850 é chamada por Martins (2002) de o “cativeiro da terra”, pois praticamente aprisionou a classe trabalhadora ao salário.

As plantações de monocultura para exportações como cana-de-açúcar, café e a pecuária, ajudaram a alavancar o processo de ocupação do território brasileiro que avançava pelo litoral em direção ao interior do país. De acordo com Monbeig (1984), o cultivo de café se deu primeiramente no estado do Rio de Janeiro, avançou pelo Vale do Paraíba chegando à região de Campinas-SP. Nessa época, grandes fazendeiros e comerciantes puderam acumular muito capital com o comércio de café o que permitiu a compra e grilagem de muitas terras no estado de São Paulo agravando assim as desigualdades na distribuição das terras.

Mas um fato muito importante que criou um verdadeiro poço de distância entre os que têm muito e aqueles que nada têm, em relação à estrutura fundiária do Brasil, veio

com a ditadura militar que governou o país entre os anos de 1964 e 1985, implantando uma nova política agrícola no Brasil que tinha como principal argumento ideológico a modernização da agricultura brasileira e conseqüentemente o aumento da produtividade e da renda no campo, sustentada no mito de que a grande propriedade era a peça chave desta política. Daí o aparecimento de políticas voltadas para a aceleração dessa modernização, tais como o crédito rural e os incentivos fiscais.

O papel do Estado nesse contexto foi o de facilitar ao grande capitalista a expansão no campo e o aumento indiscriminado de grandes propriedades. Durante esse processo aconteceram várias expropriações de pequenos camponeses, evidências disso dá Graziano da Silva (1981) quando classifica essa onda de expansão capitalista no campo como um processo de “modernização dolorosa”.

A expropriação de pequenos produtores rurais e conseqüentemente o acúmulo maior de terras não mãos de poucos tinha como um dos objetivos a especulação imobiliária. Essas terras em sua maior parte serviam e ainda servem como uma espécie de reserva de valor, ou uma poupança de altos juros financeiros, por isso a maior parte não são usadas produtivamente.

De acordo com Graziano da Silva (1981, p.73), no estado de São Paulo em 1972 mais de 20% dos imóveis com mais de 10.000ha estavam totalmente inexplorados e representavam imóveis considerados vazios, destinados exclusivamente à especulação imobiliária.

O programa político de modernização do campo apresentava no início da década de 1970 resultados que conforme expressa Graziano da Silva (1981, p. 80), “representa um fenômeno de engolimento da grande propriedade diante das pequenas”, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Taxas geométricas (% ao ano) do número de estabelecimentos segundo a área total e a condição do produtor: estado de São Paulo 1970 – 75

Estratos de área total (ha)	Todos	Proprietários	Parceiros e	
			Arrendatários	Ocupantes
Menos de 2	- 4,0	- 2,3	- 6,7	- 2,8
2 a 5	- 6,2	- 2,0	- 11,2	- 0,2
5 a 10	- 5,8	- 2,0	- 10,3	- 1,5
10 a 20	- 3,7	- 1,6	- 9,0	- 1,9
20 a 50	- 1,5	- 0,6	- 6,5	- 3,3
50 a 100	- 0,4	- 0,1	- 3,8	- 4,2
100 a 200	0,4	0,6	- 0,7	- 4,6
200 a 500	0,5	0,6	0,4	- 3,6
500 a 1000	0,6	0,6	- 0,2	- 1,6
1000 e mais	1,8	1,8	7,2	- 5,8
Total de estabelecimentos	- 3,2	- 0,9	- 9,2	- 1,5
Total área	0,1	0,1	- 3,9	2,3

Fonte: GRAZIANO DA SILVA (1981, p. 80).

Foi nesse período de modernização da agricultura que o Estado de São Paulo viu sua dependência por alimentos básicos crescer, mesmo tendo a agricultura mais desenvolvida do país, os paulistas tiveram que aumentar os índices de importação de produtos simples como o arroz e o feijão. Isso se deve em muito a substituição de culturas típicas de pequenas propriedades como plantação de arroz, feijão, mandioca e outros; por plantações típicas do agronegócio como cana-de-açúcar, soja, laranja etc, além do aumento da criação de gado, coincidindo assim com as expropriações de pequenos produtores e conseqüentemente com o aumento de grandes propriedades.

De acordo com Graziano da Silva (1981, p. 82-83), entre as décadas de 1950 e 1970, o estado mais rico da nação teve a produção de arroz diminuída em 1,9% e a de feijão em 2,4%, sendo que no mesmo período a sua população cresceu cerca de 3% ao ano. Assim, o número de habitantes consumidores dos dois principais produtos da alimentação brasileira crescia ao mesmo tempo em que a produção desses alimentos caía dentro do estado paulista.

Todo este processo analisado até aqui se refletiu por toda a parte do Brasil e do estado de São Paulo, se expressando com peculiaridades típicas de cada lugar, mas que

envolvia um mesmo contexto de expropriações. Assim, Castilho-SP também sofreu as conseqüências de políticas voltadas a beneficiar poucos em detrimento de muitos, constituindo nesse processo sua própria história.

A questão agrária em Castilho-SP

O município de Castilho-SP localiza-se na região Noroeste do estado de São Paulo, a cerca de 650 km de distância da capital, ficando na latitude de 20° 52'20" Sul, na longitude de 51° 29'15" Oeste e a uma altitude de 365 metros do nível do mar, fazendo divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul e dos municípios de Itapura-SP, Andradina-SP, Nova Independência-SP e São João do Pau D'álho-SP . Segundo o Censo 2000, Castilho-SP tem uma população de 14.948 habitantes, sendo que 11.959 pessoas são residentes da zona urbana e 2.989 pessoas são moradoras da zona rural.

Com grande extensão territorial, uma das maiores do estado de São Paulo, possui uma área de 1.094 quilômetros quadrados com uma densidade demográfica de 14,07 habitantes. O relevo é de planalto com baixas elevações e o clima tem característica de ser seco no inverno e chuvoso no verão. É um município cortado pela Rodovia Marechal Rondon que liga o Oeste do estado à capital, sendo esta totalmente duplicada do início ao fim, possui ainda um aeroporto, além de ter em seu território, rico e belos recursos naturais como os rios Rio Aguapeí, Rio Tietê e Rio Paraná, neste se localiza a Usina Hidrelétrica de Jupia que fornece para Castilho-SP uma grande arrecadação de ICMS com a venda da energia gerada naquele local, o que possibilita uma renda per capita ao ano de R\$ 40.496,60.³



Mapa 1 – Localização do município de Castilho-SP.

Fonte: Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Castilho>>. Acesso em: 7 set. 2006.

A formação desse município se deu primeiramente como forma de patrimônio que era conhecido como Vila Cauê, nascida em 1934 da doação de parte de uma fazenda coberta pela mata nativa, fato que atraiu muitos colonos de outras regiões, estes vieram para desbravar as matas do local e na esperança de conseguir uma parte do território para o próprio sustento. Logo após a formação do patrimônio chega a estação ferroviária, tendo no comando da frente de trabalho o engenheiro Alfredo de Castilho, que comandava a abertura da faixa da estrada de ferro Noroeste do Brasil, esta estrada saía de Bauru com destino a Corumbá, passando pela então Vila Cauê. Em três de Março de 1937 é inaugurada a estação ferroviária, e por ser o um dos principais responsáveis pela construção e trazer progresso à Vila, Alfredo de Castilho foi homenageado e seu nome substituiu o antigo nome do vilarejo que passou a se chamar Alfredo de Castilho e, posteriormente, Castilho. Em 30 de Dezembro de 1953, Castilho se torna município e emancipa-se de Andradina.

No início o município tinha como característica maior a atividade produtiva em áreas arrendadas por colonos, estes acabavam sendo aliciados por algum fazendeiro poderoso e iam trabalhar no preparo de terras das grandes fazendas. Abriam as matas com machado e tiravam os troncos com picareta, preparavam o solo para receber a enxada e o arado, depois de tudo pronto, constantemente o fazendeiro arrendava sua propriedade para as mesmas pessoas que deram duro para deixar sua fazenda limpa, estes trabalhadores não tinham alternativa e só lhes restavam pagar uma renda, pagar um tributo pelo direito de uso dessas terras.

É como diz Martins:

A verdade é que o arrendamento interessava só temporariamente ao fazendeiro, para que o arrendatário derrubasse a mata, preparasse o terreno, plantasse o capim para formar o pasto, podendo nesse meio tempo cultivar gêneros de subsistência. (MARTINS, 1983, p. 75).

Nos arrendamentos de Castilho eram produzidos variados produtos como banana, milho, café e principalmente arroz e algodão. O trabalho nos arrendamentos era do tipo familiar, mas nos arrendamentos de áreas mais extensas e com plantações de maior porte, as famílias de arrendatários costumavam contratar outras pessoas para ajudar nos serviços.

Por muito tempo esse tipo de atividade agrícola assentada no trabalho dos arrendatários representou a maior fonte de desenvolvimento do município, a prova da importância que tinha essa atividade na economia de Castilho estava estampada no tipo de comércio que se desenvolveu na cidade. A produção de arroz e feijão era tão significativa ao ponto de existirem máquinas de beneficiar esses produtos espalhadas pela cidade, estas revendiam aos moradores da zona urbana a produção do campo. Outra cultura agrícola que se destacou, sendo responsável pela criação de muitos empregos no município foi a produção do algodão, com direito até a uma usina beneficiadora que comprava toda a produção do município.

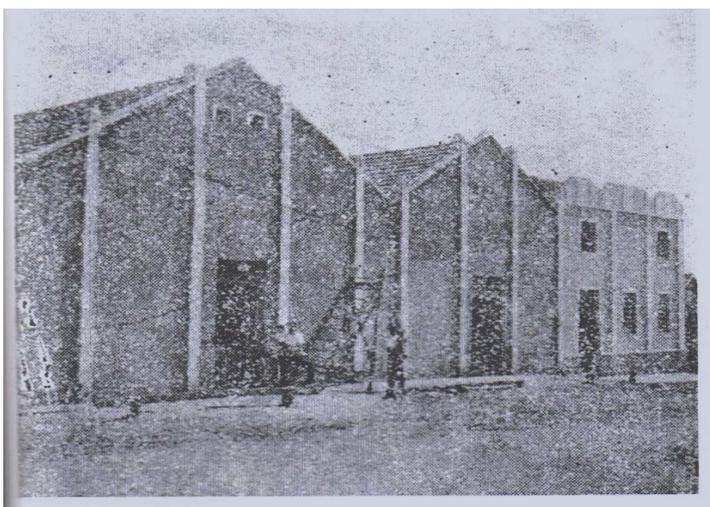


Foto 1 – Antiga Máquina de beneficiar arroz Santo Antonio, uma das que estavam instaladas no centro da cidade.

Fonte: Silva (2000, p.50)

Com o passar dos anos e com o avanço do capital no campo esse tipo de economia foi sendo substituída pelas pastagens, além disso, alguns arrendatários se endividaram com os donos das terras. Logo, a opção pelas pastagens por parte dos fazendeiros aliada a crise econômica dos arrendatários significou um duro processo de expropriação da terra que muita gente foi vítima. Por vezes jagunços de grandes fazendeiros agiam de forma violenta na expulsão de camponeses, exemplo disso está no caso da fazenda Pendengo, localizada ao sul de Castilho-SP. Conforme consta em Fernandes (1999, p.144) por volta da década de 1950 existiu uma disputa pela área entre posseiros e grileiros e que depois de vários conflitos os posseiros acabaram expulsos do local. Esta foi apenas uma das primeiras disputas por terra que viriam a ocorrer no município.

Os dados sobre o êxodo rural não deixam dúvidas que em Castilho houve um intenso processo de expropriação de pequenos produtores rurais, fossem de suas propriedades, fossem de seus arrendamentos, o fato é que muitos deixaram o campo e foram morar na cidade tendo que se assalariar, pois já não podiam contar com a terra em seu próprio sustento.

Tabela 2 - Distribuição de habitantes do município de Castilho-SP ao longo das últimas décadas.

Ano	Zona Urbana	Zona Rural	Total de habitantes
1960	3.008	10.131	13.139
1970	8.245	7.084	15.329
1980	8.078	4.168	12.246
1991	10.837	3.771	14.608
1996	12.184	3.081	12.265
2000	11.959	2.989	14.948

Fonte: Secretaria do IBGE de Andradina-SP, Setembro de 2006.

É interessante notar a velocidade de inversão do número de habitantes entre a zona urbana e a rural nos anos de 1960 a 1980. Na primeira década de emancipação do município havia apenas um terço da população total vivendo na cidade, dez anos mais tarde o número total de habitantes se dividia entre as duas zonas. Em 1980, ou seja,

vinte anos depois a cidade já possuía o dobro de habitantes em relação ao campo. São números do período da ditadura militar e sua política de incentivo aos grandes proprietários e a atividade de monocultura no país, sendo o processo classificado por Graziano da Silva (1981) como “Modernização Dolorosa” e “engolimento das pequenas propriedades pelas grandes”.

Neste período em que se caracterizou o êxodo rural a pecuária chegou com força, pois as exportações de carne bovina ampliavam o mercado consumidor e com isso muita gente passou a investir neste tipo de produção. A criação de gado significava poucos gastos e os ganhos podiam ser grandes, com isso muitos fazendeiros do município perderam o interesse nos arrendamentos e exigiram dos arrendatários a entrega das terras, dificultando a vida de quem estava no campo e de quem estava na cidade já que a pecuária emprega bem menos mão-de-obra que as lavouras dos arrendamentos.



Foto 2 – Usina Ledex de beneficiar algodão nas décadas de 1960/1970 e atualmente. Símbolo de tempos distintos para a agricultura de Castilho-SP.

Fonte: Silva (2000, p.51) e trabalho de campo, 2006.

A cidade não oferecia condições de vida para tantas pessoas que chegavam do campo, o que levou muitos a migrarem de Castilho-SP. E foi essa condição de expropriação de seus meios de produção e falta de perspectivas que acendeu em muitos o desejo e a necessidade de lutar por seu espaço.

A região de Andradina, onde está localizado o município de Castilho-SP, é um dos locais de gênese do MST no Brasil e pioneira desse movimento social no estado de São Paulo.

A história dos conflitos por terra nessa região começa na fazenda Primavera, localizada entre os municípios de Andradina, Nova Independência e Castilho. No final dos anos de 1970 posseiros e um fazendeiro que grilava terras entraram em conflito, marcando o que Fernandes (1999, p.88) chama de “o início de um processo de organização do Movimento no Estado”.

Os posseiros se uniram e organizaram formas de reivindicar junto às autoridades competentes o direito de continuarem no local onde eles tiravam o sustento da família. “A vitória dos posseiros da Primavera aconteceu no dia 8 de Julho de 1980, quando o então Presidente Figueiredo assinou o Decreto de desapropriação nº 84.877, declarando os 9.385 hectares da fazenda para fins de desapropriação”. (FERNANDES, 1985 apud FERNANDES, 1999, p. 94).

Para Fernandes (1999, p.97) “a conquista das terras da fazenda Primavera abriu caminho para novas lutas”. A partir daí o movimento intensifica sua forma de organização e passa a se especializar pela região, sendo que no início da década de 1980 é realizado em Andradina-SP um encontro com a presença de mais de mil e duzentos trabalhadores de vários municípios.

Outra experiência importante desse processo de organização foi vivida pelos ribeirinhos do rio Paraná em Castilho-SP, onde logo após ser concluída a construção da Usina Hidrelétrica de Jupia, há o represamento do rio que passa a alagar as pequenas posses dos ribeirinhos, que se viram forçados a abandonar o lugar onde moravam.

Todas essas famílias também saíram vitoriosas em suas reivindicações sendo reassentadas no local que é chamado atualmente de Reassentamento Jupia.

Em 1989 a fazenda Pendengo, também localizada no município de Castilho-SP, foi ocupada por um grupo de cento e trinta famílias composto por castilhenses e pessoas de outros trinta e quatro municípios.

A ocupação da fazenda Pendengo, de 4.160 hectares, trazia de volta os conflitos que marcaram a história de sua origem. Na década de cinquenta, a fazenda Pendengo havia sido disputada por posseiros e grileiros. Depois de vários conflitos, os posseiros foram expulsos. (FERNANDES, 1999, p. 145).

No caso da Pendengo não houve êxito por parte dos camponeses nas primeiras reivindicações de permanência na área, pois conforme consta em Fernandes (1999, p.146), o grileiro conseguiu o despejo das famílias que haviam ocupado a área. Estas, por sua vez, em Março do mesmo ano, ocuparam a fazenda Timboré de 3.393 hectares

que fica localizada entre os municípios de Andradina-SP e Castilho-SP. A fazenda Timboré, que também estava em poder do mesmo “proprietário” da fazenda Pendengo, havia sido vistoriada pelo INCRA e declarada como de interesse social para fins de reforma agrária. O processo de desapropriação dessa fazenda perdurou por muito tempo e as pessoas que ali estavam, num total de 176 famílias, tiveram que conviver com a constante ameaça de despejo.

Hoje o município de Castilho-SP conta com vários acampamentos de sem-terra que reivindicam a reforma agrária o que mostra a força que ganhou os movimentos sociais nessa região. De acordo com a secretaria do MST e do SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) regional, existem hoje no município em questão sete acampamentos montados entre cercas de fazendas e estradas.

Tabela 3 - Número de acampamentos em Castilho-SP/ Outubro de 2006.

Representação	Acampamento	Fazenda
MST/SINTRAF	Che Guevara	Pendengo
MST/SINTRAF	Nova Esperança	Ipê
SINTRAF	Margarida Alves	4
SINTRAF	Fênix	5
MST	São Judas Tadeu	Santo Antonio
MST	Nova Canaã	Cafeeira
MST	Santa Izabel	Capim

Fonte: Secretarias regionais de Andradina-SP do SINTRAF e MST, 2006.

Outro dado importante que mostra os resultados de anos de reivindicações e luta pela reforma agrária em Castilho refere-se à distribuição mais igualitária do território conquistada pelos movimentos sociais neste município. A tabela 4 traz informações sobre estas conquistas dos camponeses.

Tabela 4 - Número de projetos de assentamentos em Castilho-SP.

ESTABELCIMENTOS	ÁREA (hectares)	CAPACIDADE DE ASSENT.	DATA DE DECRETO
Fazenda Rio Paraná	6	100 famílias	26/06/1986
Fazenda Anhumas	1.348,7759	65 famílias	26/04/2001
Fazenda Ipê	978,7534	41 famílias	21/11/2002
Fazenda Itapura	2.133,0080	98 famílias	04/12/2002
Fazenda Santa Izabel	1.023,6600	46 famílias	21/11/2002
Fazenda Tremembé	606,0812	29 famílias	11/12/2001
Fazenda Santa Amélia	636,4600	33 famílias	11/12/2001
Fazenda Três Barras	2.699,2300	104 famílias	05/09/2002

Fonte: Secretarias regionais de Andradina-SP do SINTRAF e MST, 2006.

O fato de Castilho-SP ter sido um dos locais de gênese do maior movimento popular de luta pela reforma agrária no país, o MST, pode ter exercido importante influência na organização dos trabalhadores sem terra. Pois, conforme Fernandes (1999), a espacialização das experiências vividas no contexto do dia-dia da lutas leva a uma territorialização, a uma conquista de territórios.

Os conflitos entre os trabalhadores rurais sem terra versus o latifúndio coberto por pastagens começaram a mudar em meados dos anos de 1990 quando a prefeitura do município passou a incentivar a implantação de indústrias canavieiras. Exemplo disso foi a construção de uma Usina de Álcool com recursos próprios da prefeitura, este empreendimento nunca chegou a ser finalizado devido a problemas de irregularidades em sua construção, mas o fato é que com essa iniciativa deram o primeiro passo para que a paisagem local e a relação de grandes proprietários com suas terras começassem a se modificar, pois os arrendamentos de áreas que antes só serviam como especulação imobiliária com pouquíssima atividade produtiva, passou a ser algo interessante para muitos fazendeiros.

No dia 27 de junho de 2006, dez anos depois do início da destilaria de álcool que nunca funcionou, foi inaugurada a Usina de Álcool Virálcool, terceira usina de produção de álcool e açúcar do Grupo Toniello, proveniente da região de Ribeirão Preto/SP e que foram atraídos pela infra-estrutura já montada em Castilho como área cultivada por cana-de-açúcar, estradas e incentivos municipais; além de grande

quantidade de mão-de-obra ociosa e terras baratas, o que na região de origem deste grupo usineiro está a um alto custo.

A fértil terra roxa ficou cara demais para um plantio que agora exige custos cada vez mais baixos. O resultado é que as tradicionais usinas de Ribeirão Preto estão expandindo suas atividades fora da região. Calcula-se que mais de 15 projetos serão desenvolvidos no Oeste paulista, perto de Araçatuba. (STEFANO, F.3 dez. 2003)⁷.

Este empreendimento acelerou em muito o processo de ocupação da cana-de-açúcar que já vinha ocorrendo nas terras do município, pois era preciso uma vasta área deste tipo de matéria-prima para poder por em funcionamento a nova usina de álcool. O gráfico 1 dá uma idéia da dimensão que tomou esse tipo de monocultura.

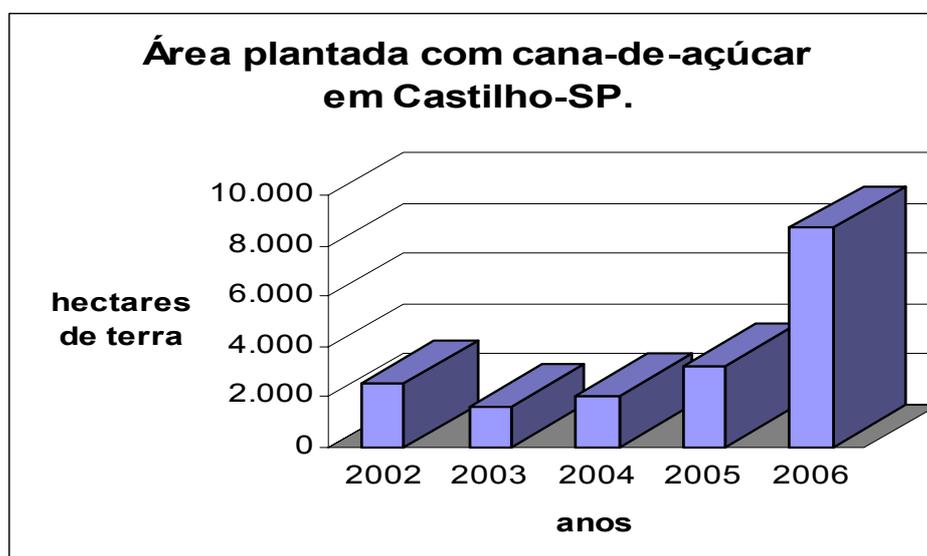


Gráfico 1 – Área plantada com cana-de-açúcar em Castilho-SP.

Fonte: IBGE – Andradina-SP e Casa da agricultura de Castilho-SP, 2006.

Como se percebe nesse gráfico, do ano de 2002 até o ano de 2004 as plantações canavieiras mantiveram-se estáveis, com uma média anual de 2.000 (ha), tendo uma pequena queda em 2003. Mas, a partir do ano de 2005 a área plantada com cana-de-açúcar dobrou, coincidindo com as obras da usina de álcool Virálcool.

A principal maneira utilizada pela empresa responsável pelo plantio da cana-de-açúcar em Castilho-SP em conseguir áreas de cultivo tem sido os arrendamentos, o que tem levado muitos a abandonarem antigas atividades, principalmente a criação de gado,

para ganhar com os empréstimos das propriedades a esta empresa. Os que mais têm lucrado são os grandes proprietários, devido a extensão de suas terras.

Como Castilho representa um importante foco de reivindicações e de lutas pela reforma agrária dentro do estado de São Paulo e até mesmo do Brasil, a possibilidade de arrendamento das terras ao capital industrial tornou-se uma maneira de manter intocada pelo latifundiário a propriedade de grandes extensões de terra. Isso porque quando o INCRA é acionado a vistoriar uma determinada fazenda tem como parâmetro de análise certo nível de produtividade, e dependendo dele pode declarar a área como produtiva ou improdutiva. Se o último caso se confirmar na análise feita pelo INCRA em uma determinada propriedade, esta estará apta a ser desapropriada para fins de reforma agrária.

Assim, os arrendamentos para o plantio de cana-de-açúcar em grandes fazendas dificultam o processo de reforma agrária, pois na medida em que a monocultura canavieira toma conta de um latifúndio ele passa a ficar dentro dos parâmetros de produtividade que o Estado exige quando vai vistoriar uma área.

Para aqueles que reivindicam uma distribuição mais justa do território, a partir desse momento o foco das lutas passa para um novo inimigo, o grande capital agroindustrial ou o chamado agronegócio. Antes os conflitos se davam contra o latifúndio de pastagens ociosas totalmente improdutivas, agora a luta se dá também contra os chamados “desertos verdes”, onde a monocultura de um determinado produto passa a tomar conta de grandes extensões de terra. Para Rene Parren, coordenador do MST da região de Andradina-SP, o tempo também age contra a reforma agrária, pois a cada dia que passa, mais fazendas estão sendo tomadas pelas plantações canavieiras, o que dificulta o processo de desapropriação.

Em Castilho-SP esta nova tendência de polarizar a luta pela reforma agrária entre os movimentos sociais existentes no município e o grande capital industrial da Usina de Álcool Virálcool II começa a se manifestar, prova disso é o caso da fazenda Santo Antônio, localizada ao sul do município, próximo à divisa com Nova Independência-SP e com uma área de 700 hectares.

De acordo com a secretaria do MST de Andradina-SP, em 2002, a fazenda Santo Antônio foi vistoriada pelo INCRA e decretada como improdutiva e, portanto muito próxima de passar pelo processo de reforma agrária, mas mesmo tendo sido declarada

improdutiva e com o processo de reforma agrária em andamento, ela foi arrendada para a plantação de cana. Conforme o MST, os acampados da fazenda chegaram a ser despejados para uma área afastada da propriedade.

Outro exemplo importante que mostra as dificuldades enfrentadas pelos acampados e a nova tendência de disputa pelo território em Castilho-SP está no caso da fazenda Pendengo. O INCRA já a decretou como uma propriedade improdutiva. Agora os acampados esperam na justiça a emissão de posse. Mesmo tendo sido declarada como improdutiva e com o processo de desapropriação em andamento, esta propriedade também foi arrendada à usina de álcool Virálcool II para o plantio de cana-de-açúcar. O fato é que isso tem atrapalhado o processo de reforma agrária desta fazenda, pois a partir do momento em que o fazendeiro teve suas terras arrendadas para o plantio canavieiro ele passou a recorrer constantemente à justiça para retardar o processo de desapropriação, alegando que a área se encontra em atividade produtiva.

Ali o caso é complicado, a gente recorre na justiça e o fazendeiro recorre de novo. Ai são mais dois, três anos de espera. Ai a gente recorre e o fazendeiro recorre de novo. Depois pega um juiz que não liga, que fica enrolando. É complicado o negócio e muito demorado. (informação verbal)⁸

Esses são casos que podem demonstrar como vai se revelando essa disputa pela terra em Castilho-SP e a nova formação do território que vai se desenrolando, onde o grande capital se apresenta como uma promessa ideológica de desenvolvimento, mas que ao mesmo tempo gera suas contradições. Basta imaginar um cortador de cana-de-açúcar ganhando R\$ 0,23 (vinte e três centavos) pelo metro de área cortada, de acordo com os próprios trabalhadores. Além disso, esse é um empreendimento capitalista que monopoliza a terra como meio de produção e dificulta o acesso mais igualitário a quem deseja não depender do trabalho assalariado. Esta discussão efetivada em Castilho-SP, ou melhor, essa ideologia de uma política desenvolvimentista totalmente voltada para a ampliação do trabalho assalariado por meio do investimento e incentivo ao grande capital, se apresenta como um grave equívoco social, econômico e político. Novas categorias de inclusão e até mesmo de transformação devem ser debatidas e uma delas é a reforma agrária.

Considerações Finais

No contexto capitalista de ocupação do espaço e de apropriação da terra como fonte de sujeição de sua renda, onde esta renda é paga por toda sociedade, bem como de um Estado dominado pelas elites, há que se considerar que a dominação sobre os meios de produção e, conseqüente exploração do trabalho alheio, tornam-se indispensáveis para a manutenção de tal ordem.

O exemplo que deixa explícito o desejo de uma classe minoritária dominar uma maioria, no Brasil, fica evidente com o surgimento da Lei de Terras de 1850.

Nesse sentido Castilho-SP também foi alvo de uma estruturação do território de forma desigual e injusta. Isso se fez por meio de um processo que muitas vezes se apresentou de forma violenta e impondo às pessoas o trabalho assalariado das cidades como uma única saída para a sobrevivência.

Diante do enorme êxodo rural verificado nesse município em curto espaço de tempo, a falta de oportunidades na cidade e o desejo do trabalhador do campo em permanecer em seu *habitat*, fizeram com que surgissem as condições para que os excluídos tomassem uma posição e se organizassem reivindicando melhores oportunidades na sociedade, lutando pela distribuição mais equitativa do território e resistindo a uma ordem vigente de exclusão. As conquistas referentes a uma melhor distribuição das terras em Castilho-SP, onde o processo de espacialização e territorialização (FERNANDES, 1999) agiram conjuntamente, deixaram o exemplo de que os sujeitos sociais que formam os movimentos de luta pela terra são capazes de transformar o espaço geográfico.

Mas apesar destas inegáveis conquistas, as atuais reivindicações dos acampados que lutam por mais oportunidades começam a enfrentar um novo desafio, agora a luta é também contra o grande capital, que chega travestido de moderno no município em questão e revela-se como mais um obstáculo a ser superado por aqueles que pleiteiam terra para trabalhar e sobreviver sem ter que se sujeitar as migalhas do trabalho assalariado no corte de cana-de-açúcar, ou em qualquer outro ramo, onde os salários estão cada vez mais defasados e os trabalhos cada vez mais duros.

Ao concluir este trabalho fica a certeza de que o processo de desenvolvimento capitalista baseado na concentração do capital e da terra existente no Brasil se reflete em Castilho/SP. Por outro lado esses são fatos que geram em suas contradições as condições para a superação de tal ordem. Assim a mesma dinâmica que cria uma sociedade desigual, também está criando o “germe de sua destruição” (Marx) e as lutas por um espaço geográfico mais justo em Castilho são o testemunho disso.

Notas

¹ Texto adaptado da monografia intitulada: “O processo capitalista de ocupação do território em Castilho-SP: suas contradições, conflitos e novos desafios em sua reestruturação”, defendida em 2006 para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela UFMS e tendo como orientadora deste trabalho Dr. Rosemeire Aparecida de Almeida raal@ceul.ufms.br, professora adjunta do curso de graduação e pós-graduação em Geografia DCH/CPTL/UFMS.

² Regime de propriedades que durou três séculos e dividia as doze capitanias hereditárias e tinha como característica as grandes extensões territoriais ocupadas em sua maior parte pela monocultura em regime escravocrata.

³ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Castilho>>. Acesso em: 07 set. 2006.

⁴ Não foi possível identificar o nome da localidade.

⁵ Não foi possível identificar o nome da localidade.

⁶ Não foi encontrado nos órgãos competentes essa informação.

⁷ Disponível em: <<http://www.istoé/economia.com.br>> Acesso em: 15 jun. 2006.

⁸ Informação obtida através de entrevista com Givanildo “Chiquim” ex-acampado do MST.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire A. **A Questão da terra no noroeste paulista: acesso e permanência**. Andradina: 1ª SEMANA DE HISTÓRIA, 2006. 1 CD-ROM.

ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia – Revista do Departamento de Geociências. Londrina**. Londrina, v. 9, p. 113-126, jul/dez, 2000.

BECKER, K. B.; EGLER, C. A. G. **Brasil uma nova potência regional na economia mundo**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

EUSTÁQUIO, M. Virálcool chega para mudar a historia de Castilho e região. **Jornal Impacto**, Andradina, 27 jun. 2006, p. 6-7.

FERNANDES, Bernardo M. **MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

GANCHO, C. V.; LOPES, H. Q. F.; TOLEDO, V. V. **A posse da terra**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

INCRA. Disponível em <http://www.incra.gov.br> . Acesso em 10 Maio de 2006.

LEAL, H. M. Q.; ALMEIDA, R. A. A agricultura e a sujeição da renda da terra em Mirandópolis-SP. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos brasileiros – Seção Três Lagoas-MS**, v.2 – n.2, setembro de 2005. Disponível em: http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/sumario_v2.htm > Acesso em: 15 jan. 2008.

MARTINS, José S. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **O cativo da terra**. 7.ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul A. Silva. São Paulo: HUCITEC, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. A renda da terra. In: _____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, L. N. Acampados fazem vigia e Joni tenta "escapar pela Tangente"**Jornal Sem Limites**, Castilho, 14 jun. 2006, p. 4.

_____. MST de Castilho ocupa área de reserva da Cesp em razão da Reforma Agrária. **Jornal Sem Limites**, Castilho, 18 maio de 2006, p. 6.

_____. Acampados dizem que Joni boicota Reforma Agrária. **Jornal Sem Limites**, Castilho, 14 jun. 2006, p.3.

SILVA, Vicente F. **Castilho: sua história, ascensão, descendência e origem**. Castilho-SP: [s.n.], 2000.

STEFANO, Fabiane. Os doces caminhos da cana. **Isto É**, São Paulo, 03 dez 2003. Economia. Disponível em: <<http://www.istoé/economia.com.br>> Acesso em: 15 jun. 2006.